

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- A Constituição brasileira e os desafios para o combate à desigualdade de gênero*
Gabriela Shizue Soares de Araujo
Juliana Cardoso Ribeiro Bastos 15
- A relação dos direitos da personalidade com os direitos fundamentais e os direitos humanos*
Leonardo Estevam de Assis Zanini
Odete Novais Carneiro Queiroz 31
- Sistema de registro de preços na nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021)*
Alexandre Levin 59
- Acordo de não persecução penal: possibilidade de celebração para processos em curso quando a Lei nº 13.964/2019 entrou em vigor*
Alexandre Vieira de Moraes 77

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Licitação. Rescisão unilateral de contrato. Atraso e paralisação da obra. Penalidades. Não observância da proporcionalidade e razoabilidade. Incidência de excludente da responsabilidade. Culpa concorrente verificada.*
ApCiv 0031834-30.2003.4.03.6100
Desembargador Federal Paulo Domingues 99
- Ensino superior. Adesão ao PRONATEC. Critérios de avaliação. Violação à vinculação ao edital. Inocorrência. Discricionariedade da Administração. Legalidade.*
ApCiv 0013200-97.2014.4.03.6100
Desembargador Federal Carlos Muta 105

Reintegração de posse. Faixa de domínio da ferrovia. Risco alto à segurança das pessoas. Condenação do município à obrigação de realocar os ocupantes para programas habitacionais ou de pagar aluguel social. Direito à moradia adequada. Dignidade da pessoa humana.

ApCiv 0014539-76.2014.4.03.6105

Desembargador Federal Valdeci dos Santos 112

SFH. Usucapião. Impossibilidade.

ApCiv 0015565-90.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Peixoto Junior 122

Servidor público. Militar. Limite etário: 45 anos. Determinação expressa da Lei nº 13.954/2019.

ApCiv 5002823-06.2019.4.03.6100

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 127

Seguro de vida VGBL. Aplicabilidade do CDC. Contrato de adesão. Vedação a práticas abusivas. Período de carência. Morte natural. Cláusula limitativa de direito. Não comprovaçãp da ciência inequívoca do consumidor. Cláusula redigida fora das diretrizes previstas pelos §§ 3º e 4º do art. 54 do CDC.

ApCiv 5002436-18.2020.4.03.6112

Desembargador Federal Wilson Zauhy 132

Regularização migratória. Núcleo familiar venezuelano. Pedido de residência. Portaria Interministerial nº 652/2021. Covid-19. Afastar a penalidade de "deportação imediata".

AI 5005472-37.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 146

Transferência de matrícula de estudante dependente de servidor público militar removido "ex officio". Congeneridade entre instituições de ensino. Abrandamento da exigência no caso de inexistência, na localidade de destino e proximidades, de instituição da mesma espécie que a de origem.

Ag AI 5004382-57.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo 152

DIREITO CONSTITUCIONAL

Mandado de Segurança. Conselho Regional de Odontologia do Estado de Mato Grosso do Sul. Concurso público. Exigência de certidão de débitos relativos a tributos estaduais. Descabimento.

RemNecCiv 5004751-35.2018.4.03.6000

Desembargadora Federal Marli Ferreira 159

Anistia política. Ditadura militar. Responsabilidade civil do Estado. Indenização por danos morais. Majoração. Cumulação com reparação por danos materiais.
ApCiv 5003289-21.2020.4.03.6114
Desembargador Federal Nelton dos Santos 167

Ação Civil Pública. Nulidade de ato administrativo mediante o qual foi nomeado novo chefe de coordenação técnica local da FUNAI. Consulta prévia às comunidades indígenas locais: desnecessidade. Ato incapaz de implementar ou alterar políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Convenção 169 da OIT: inaplicabilidade ao caso concreto.
AI 5006636-03.2022.4.03.0000
Desembargador Federal Hélio Nogueira 180

DIREITO PENAL

Lavagem de capitais. Crime antecedente. Tráfico transnacional de drogas. Evasão de divisas. Tentativa. Moedas estrangeira e nacional. Transporte. Ocultação.
ApCrim 0004724-45.2015.4.03.6000
Desembargador Federal Nino Toldo 187

Contrabando. Recapitulação jurídica. Flagrantes realizados pela guarda civil. Regime inicial aberto. Substituição da pena privativa de liberdade por pena de prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.
ApCrim 0002751-11.2018.4.03.6110
Desembargador Federal José Lunardelli 205

Furto qualificado tentado. Tese defensiva de reconhecimento de atipicidade em razão do crime impossível. Regime inicial aberto. Detração que não se aproveita. Substituição da pena corporal por uma restritiva de direitos.
ApCrim 0003616-07.2018.4.03.6119
Desembargador Federal Fausto De Sanctis 217

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida judicialmente em aposentadoria especial. Impossibilidade. Observância ao título judicial.
ApCiv 0006504-49.2013.4.03.6110
Desembargador Federal Newton De Lucca 229

Revisão do benefício proposta pelo sucessor (irmão). Possibilidade. Ação de cobrança. Artigos 201, §§ 5º e 6º da CF na sua redação original.
Ag ApCiv 0000438-75.2017.4.03.6122
Desembargador Federal David Dantas 232

Juízo de retratação positivo. Reafirmação da DER. Juros de mora. Honorários advocatícios.

ApelRemNec 0015613-21.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Inês Virgínia 237

Revisão. Aposentadoria por idade e pensão por morte. Sentença trabalhista. Inclusão de verbas salariais. Salários de contribuição. Período básico de cálculo. Termo inicial e efeitos financeiros da revisão.

ApCiv 0036297-64.2017.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Nilson Lopes..... 243

Auxílio reclusão. Requisitos preenchidos.

ApCiv 5003906-98.2018.4.03.6130

Desembargador Federal Baptista Pereira 248

Aposentadoria por tempo de contribuição. Adicional de 25%. Concessão. Impossibilidade. RE 1.221.446/STF. Repercussão geral.

ApCiv 5495173-85.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 253

Salário-maternidade. Associada de cooperativa de trabalho inscrita no RGPS na qualidade de segurada contribuinte individual. Recolhimentos previdenciários. Responsabilidade da cooperativa. Dever de fiscalização do INSS.

ApCiv 5287295-59.2020.4.03.9999

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta..... 256

Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência. Lei Complementar nº 142/2013. Segurado com deficiência moderada. Não preenchimento dos requisitos para concessão do benefício.

ApCiv 5001755-41.2021.4.03.6103

Desembargador Federal Gilberto Jordan 266

Pensão por morte. Legitimidade ativa. Decadência. Revisão da RMI do benefício primitivo instituidor. Direito à revisão da pensão por morte por decorrência lógica.

ApCiv 5014062-78.2021.4.03.6183

Desembargadora Federal Daldice Santana 274

Aposentadoria por invalidez/auxílio-doença. Requisitos preenchidos. Alta programada. Tema 1013.

ApCiv 5002869-30.2022.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto..... 278

Liquidação de sentença. Opção por benefício mais vantajoso concedido administrativamente. Questão submetida ao rito dos recursos repetitivos pelo E. STJ. Honorários sucumbenciais. Suspensão do feito.

AI 5003213-35.2022.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Mônica Bonavina 283

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Liquidação extrajudicial do Banco BMD S/A. Contrato de câmbio futuro. Descabimento da devolução dos valores adiantados. Habilitação no concurso de credores. Ilegitimidade passiva do BACEN. Incompetência da Justiça Federal.

ApelRemNec 0032764-24.1998.4.03.6100

Desembargador Federal Souza Ribeiro 289

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Indisponibilidade de bens. Tema 701/STJ.

AI 0020851-84.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Nery Júnior..... 298

Decisão unipessoal. Aposentadoria. Verificação de períodos de labor especial ou rural. Impossibilidade do julgamento monocrático à luz do Código Processual vigente e do Regimento Interno do TRF3.

Ag ApCiv 5003513-26.2019.4.03.6103

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra 306

Cumprimento de sentença. Implantação de benefício determinada por provimento precário. Posterior revogação. Repetibilidade dos valores. Tema nº 692/STJ. Liquidação nos próprios autos. Ação Civil Pública.

ApCiv 5002779-90.2020.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado..... 317

Benefício assistencial. Intervenção do Ministério Público em primeira instância. Ausência. Anulação da sentença.

RemNecCiv 5000024-59.2021.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 323

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Competência da Justiça Federal. Reconhecida. Recebimento da inicial. Alterações da LIA promovida pela Lei nº 14.230/2021. Aplicação retroativa da norma. Regras do direito administrativo sancionador. Possibilidade. Individualização da conduta. Provas mínimas da prática dos atos ímprobos e da conduta dolosa. Razões fundamentadas. Comprovação da justa causa para ajuizamento da ação. Exigência de indícios suficientes da autoria e materialidade.

AI 5004971-83.2021.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete 326

Agravo Interno em Ação Rescisória. Prescrição quinquenal. Interrupção pela ação coletiva aforada anteriormente à ação individual. Matéria controvertida nos tribunais à época da prolação do v. acórdão rescindendo.

Ag AR 5020629-50.2021.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Denilson Branco..... 369

Conflito Negativo de Competência. Vara Cível. Vara Previdenciária. Ação Declaratória. Lei nº 14.151/2021. Afastamento de empregadas gestantes. Possibilidade de pagamento de salário-maternidade. Compensação tributária. Matéria de competência das varas federais cíveis.

CCCV 5031690-05.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini..... 381

Cumprimento de sentença. Pagamento de parcela remanescente controversa após pagamento da parcela incontroversa. Modalidade. Tema 28/STF.

AI 5001571-27.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Leila Paiva 385

Agravo Regimental em Suspensão de Liminar. Tutela antecipada antecedente. Postergação da vigência de novas tarifas portuárias. Lesão à ordem pública. Não ocorrência. Arguição de "error in procedendo" e "error in judicando". Matérias não cognoscíveis em Suspensão de Liminar.

AgRg SLS 5003182-15.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 391

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Conflito de Jurisdição. Recebimento indevido do benefício do bolsa família. Estelionato majorado. Art. 171, § 3º, do Código Penal. Saques em diversos locais. Crime. Competência fixada pela prevenção.

CJ 0001923-80.2017.4.03.6132

Desembargador Federal Paulo Fontes..... 401

Mandado de Segurança Criminal. Pedido de restituição de bens realizado por correio eletrônico. Impossibilidade. Ausência de ato coator.

MSCrim 5001468-20.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Maurício Kato..... 408

Agravo de Execução Penal. Interno do sistema penitenciário federal. Progressão de regime. Competência do Juiz Federal Corregedor do presídio. Permanência dos motivos que ensejaram a transferência.

AgExPe 5002420-41.2022.4.03.6000

Desembargador Federal André Nekatschalow 413

DIREITO TRIBUTÁRIO

Hospital. Profissionais contratados por meio de outras empresas. Terceirização. Contribuição previdenciária. Auto de infração.

Ag ApelRemNec 0020203-31.1999.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Francisco 421

Embargos à Execução Fiscal. EBCT. Imunidade tributária recíproca. Atividades exercidas em regime de monopólio ou concorrência. ISS. Tributo indireto. Contribuinte de direito. Repetição de indébito. Art. 166 do CTN.

ApelRemNec 0019438-11.2009.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 438

Agravo Interno em Recurso Extraordinário. Imunidade às contribuições da seguridade social. Recurso Extraordinário em desconformidade com tese de repercussão geral.

Ag RE ApelRemNec 5001004-96.2017.4.03.6102

Desembargador Federal Antonio Cedenho 447

Embargos à Execução Fiscal. Autarquia federal. IPTU. Imunidade. Imóvel. Utilização para finalidades essenciais. Presunção "iuris tantum".

ApCiv 0013170-68.2018.4.03.6182

Desembargador Federal Mairan Maia 458

Reintegra. Redução de alíquota pelo Poder Executivo. Não observados os princípios da anterioridade tributária anual e nonagesimal.

ApCiv 5005303-20.2020.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre 463

SENTENÇAS

Embargos à Execução Fiscal. Cobrança de tributos e de seus acessórios. Redirecionamento da execução fiscal sem defesa prévia. Sucessora da Mafersa.

0054721-38.2012.4.03.6182

Juiz Federal Erik Gramstrup 469

Ação Penal. Crime de concussão. Art. 316 do CP.

0000007-34.2013.4.03.6105

Juiz Federal Fernando Henrique Corrêa Custodio 498

Ação movida pela companhia de pesquisas de recursos minerais — CPRM. Pretensão de impor ao réu obrigação de fazer, consistente na retirada de postagens feitas pelo requerido em sua página no facebook e blog relacionadas à empresa pública autora, seus funcionários e dirigentes.

0009789-49.2015.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 515

Ação Penal. Artigo 55 da Lei nº 9.605/98 (extração de recursos minerais. Artigo 2º da Lei nº 8.176/91 (crime contra o patrimônio da União). Concurso formal. 0000297-80.2018.4.03.6135

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes 524

Invasão de conta bancária. Pagamento de boletos e realização de PIX por terceiros. Alegação de responsabilidade civil objetiva por má-prestação de serviços bancários. Transações realizadas a partir de dispositivo cadastrado validado por meio de cartão e senha da titular. Dados sigilosos informados aos estelionatários pelos próprios titulares das respectivas contas.

5000893-83.2021.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 551

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região559

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região566